



(Tradução)

Interpelação Escrita

Há dias, foram difundidas, sucessivamente, notícias sobre casos de assédio e violação sexual, quer na sede de uma universidade de Macau quer em escolas do ensino secundário e primário. A seguir ao incidente de assédio sexual de uma aluna, envolvendo um professor desta da Universidade de Macau, ocorreu numa escola do ensino secundário um caso de violação sexual cometido por um colega da vítima, tendo acontecido outro caso numa escola do ensino primário, desta vez envolvendo um médico escolar. Perante a ocorrência sucessiva no seio académico de casos envolvendo comportamentos indecentes, a população ficou demasiadamente espantada.

Todos os casos supramencionados aconteceram no seio académico, o que reflecte a existência de graves problemas no sistema de educação de Macau. Obviamente, as sanções disciplinares constantes das instruções relativas à ética profissional observada pelo pessoal de instituições de ensino, incluindo docentes e trabalhadores gerais, carecem do efeito dissuasor suficiente, pois não contribuíram para evitar a ocorrência dos incidentes acima referidos. Dum modo geral, a educação sexual não faz parte, directamente, dos planos curriculares, o que provoca, conseqüentemente, a transformação de alunas em vítimas dos incidentes supramencionados e tal situação impulsiona o público a desconfiar do sistema de educação de Macau. Na realidade, para além de a vítima universitária ter tomado a iniciativa da apresentação de queixa, as restantes vítimas não denunciaram activamente os casos, por não estarem suficientemente consciencializadas sobre a situação, e os incidentes foram



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apenas descortinados por elementos da família e amigos. É então possível que existam outros casos ocultos desconhecidos, o que leva a que os malfeitores fiquem mais desafortunados e os danos causados às vítimas se transformem em cicatrizes permanentes, situação esta que nos faz enfurecer.

Ao longo dos anos, o Governo não procedeu à criação de legislação para regulamentar os ataques de natureza sexual, o que se traduz na sua tolerância. As vítimas envolvidas podem, assim, recorrer apenas ao crime de injúria para imputação de responsabilidade, mas os processos complicados dissuadem-nas, e isto transformou-se em incentivar as infracções. Macau é uma cidade turística de nível internacional, mas o seu sistema jurídico está muito desactualizado, e a sua impossibilidade de garantir os direitos fundamentais põe em causa o seu estatuto e renome internacional.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Enquanto complexo universitário público, a Universidade de Macau assume funções relevantes no âmbito do desenvolvimento da educação de Macau e da formação de talentos, mas um escândalo sexual na sua sede tem grave impacto. Atendendo à gravidade do incidente, o Governo da RAEM deve criar uma equipa especializada para averiguação do caso de assédio sexual, no sentido de salvaguardar a justiça e objectividade da averiguação, evitando assim a situação de suspeita por “recurso ao pessoal da instituição envolvida para realização da investigação”. Vai o Governo fazer isto?
2. O retorno de Macau à Mãe-Pátria teve lugar há já muitos anos, mas o seu sistema jurídico está gravemente desactualizado. Por exemplo, os ataques



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de natureza sexual, que implicam a violação dos direitos fundamentais dos seres humanos, estão ainda por legislar, situação esta que impossibilita a salvaguarda dos direitos e interesses, bem como da dignidade das vítimas, resultando assim na impunidade dos infractores. Quando é que vai o Governo proceder à devida legislação, com vista a reforçar o combate à criminalidade sexual?

3. Registaram-se, sucessivamente, casos de violação e assédio sexual no seio académico, o que reflecte a existência de problemas no sistema de educação de Macau. Como é que vai o Governo da RAEM impulsionar as escolas a reforçar a gestão do seu pessoal docente, por exemplo, através da definição de instruções expressas relativas à ética profissional, com a determinação das sanções disciplinares? Por seu turno, há ainda muitos casos de assédio sexual e violação sexual desconhecidos. De que medidas dispõe o Governo para que os alunos fiquem mais consciencializados sobre a autoprotecção?

05 de Fevereiro de 2015.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Leong Veng Chai**